

CORREIO ECONÔMICO



Itaú: EUA são superavitários em relação ao Brasil

Itaú: Brasil tem mais a perder com tarifaço de EUA

O Brasil tem mais a perder do que a ganhar com a aplicação do ‘tarifaço’ nas importações ianques, prometido pelo presidente dos EUA, Donald Trump. A conclusão preocupante parte do maior banco privado do país, o Itaú, em relatório intitulado “Brasil: como fica o comércio exterior no governo Trump 2?”, que avalia o comércio bilateral de produtos como soja, mi-

lho, aço, petróleo e minério de ferro. Para o banco, uma eventual guerra comercial da maior economia mundial com ‘Pindorama’ pode trazer mais impactos negativos, do em situação semelhante, ocorrida em 2018, agora com risco de maiores retaliações. Entre os setores nacionais mais afetados, o banco aponta a siderurgia, combustíveis e aviação.

Foco

O presidente Donald Trump afirmou que vai focar os primeiros aumentos de tarifas em países que os Estados Unidos possuem déficit comercial. O Brasil tende a escapar de grandes aumentos nesse primeiro momento, pois os EUA possuem superávit comercial.

Atingidos

A nova ordem dos EUA no comércio exterior deve atingir a China, México e Canadá. Nesta terça-feira (4), passou a vigorar a alíquota de 10% para produtos chineses. Já a taxaço de 25% em produtos do México e do Canadá foi adiada por um mês, para futura negociação.



Planos previdenciários privados tiveram alta anual de 15,3%

Previdência privada arrecada R\$ 196,1 bilhões em 2024

Os planos de previdência privada arrecadaram R\$ 196,1 bilhões em 2024, um crescimento de 15,3% em relação a 2023, de acordo com a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi). Os recursos sob gestão dos planos somavam R\$ 1,6 trilhão, crescimento de 14,4% em relação ao final do ano anterior.

Ao todo, a captação líquida foi de R\$ 60,8 bilhões, aumento de 41,2% em um ano. “Fechamos 2024 com resultados muito positivos, fruto de um trabalho de conscientização da população em relação à necessidade de proteção previdenciária e securitária”, diz o presidente da Fenaprevi, Edson Franco, em nota.

Simplificação

Franco destaca a aprovação de leis favoráveis ao setor, com regras que simplifiquem a contratação. “Esperamos para 2025, um ambiente favorável, com iniciativas que busquem ampliar a proteção da população brasileira e a formação de poupança de longo prazo”.

Alta de 6%

As vendas de motos cresceram 6% em janeiro último, no comparativo anual. No total, 152 mil motocicletas foram comercializadas, superando as vendas de carros de passeio (123,4 mil unidades). Ante dezembro, as vendas de motos estagnaram (alta de 0,02%).

VGBL

Em 2024, os planos do tipo VGBL lideraram os aportes (R\$ 178 bilhões), ou 91% da captação bruta. O restante ficou dividido entre os planos PGBL (R\$ 15 bilhões), e os planos tradicionais(R\$ 3 bilhões). O número de planos ultrapassou 14 milhões para 11,2 milhões de pessoas.

Delivery

Segundo a Fenabreve – que representa as concessionárias – o crescimento do mercado de duas rodas vem há anos sendo puxado pela expansão dos serviços de entrega (delivery), além da busca dos consumidores por veículos mais baratos e econômicos em combustivel.

Ata do Copom ‘promete’ elevar, ainda mais, os juros

Colegiado atribui medida à ‘desancoragem de expectativas de inflação’

Por Marcello Sigwalt

“A ‘desancoragem’ das expectativas de inflação – projeções do avanço de preços pelo mercado, inclusive, por prazos mais longos, que induz a reajustes de salários acima da meta de inflação, requer uma política [monetária] mais contracionista”.

A previsão consta da ata do Copom (Comitê de Política Monetária), divulgada nessa terça-feira (4) pelo Banco Central (BC), ao destacar o ‘grau de sobreaquecimento da economia’, “em particular, seus efeitos sobre a inflação de serviços”.

Ao confirmar a decisão de elevar, em mais um ponto percentual, a Selic (taxa básica de juros), já em 13,25% ao ano, o colegiado justifica a medida, ao considerá-la “compatível com a estratégia de convergência da inflação à meta ao longo do horizonte relevante”, além de reforçar que “a magnitude total do ciclo de aperto monetário será ditada pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta e depende-



Para colegiado, avanço de preços está na raiz da decisão de elevar ainda mais os juros

rá da evolução da dinâmica da inflação, em especial dos componentes mais sensíveis à atividade econômica e à política monetária, das projeções de inflação, das expectativas de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos”.

Dinamismo persiste

Sobre o comportamento re-

cente da economia, o Copom observou que, “ao longo dos últimos trimestres, a atividade econômica, a despeito da política monetária contracionista, surpreendeu positivamente e manteve dinamismo. O ritmo de crescimento do consumo das famílias e da formação bruta de capital fixo evidencia uma demanda interna crescendo em

ritmo bastante intenso”. Mais adiante, o documento comenta que, “tal como em análises anteriores, o Comitê avalia que a conjunção de um mercado de trabalho robusto, política fiscal expansionista, além do vigor nas concessões de crédito amplo tem dado suporte ao consumo e à demanda agregada”.

Dívida federal cresce para R\$ 7,316 tri

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) subiu 1,55% em dezembro e fechou o mês em R\$ R\$ 7,316 trilhões. Os dados foram divulgados nesta terça-feira, 4, pelo Tesouro Nacional. Em novembro, o estoque estava em R\$ 7,204 trilhões.

O Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2024 previa um intervalo de R\$ 7,0 trilhões a R\$ 7,4 trilhões.

A correção de juros no esto-

que da DPF foi de R\$ 69,34 bilhões em dezembro, enquanto houve uma emissão líquida de R\$ 42,63 bilhões.

A DPF inclui a dívida interna e externa. A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) subiu 1,51% em dezembro fechando em R\$ 6,967 trilhões.

Já a Dívida Pública Federal externa (DPFe) ficou 2,48% maior no mês, somando R\$ 349,19 bilhões ao fim

de dezembro.

Com a alta da Selic, atualmente em 13,25% ao ano, a parcela de títulos da DPF atrelados à Selic subiu em dezembro, para 46,29%.

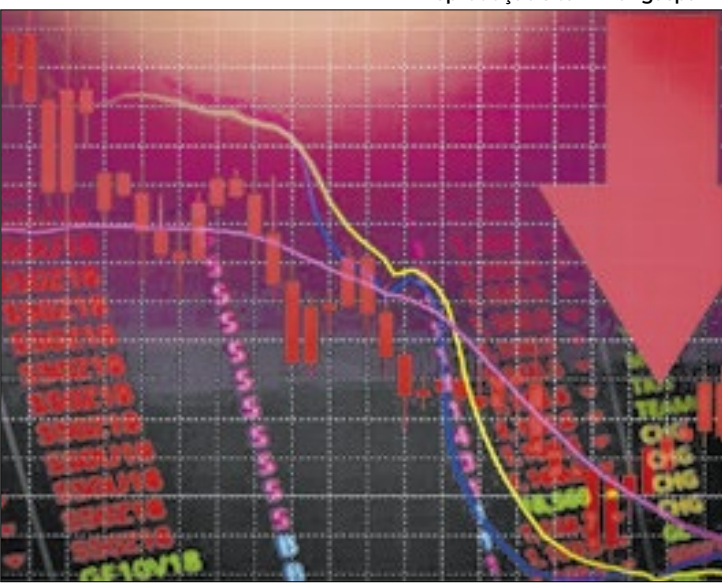
O PAF e 2024 previa intervalo de 43% a 47% para a participação desses títulos. Os papéis prefixados caíram, indo de 22,14% para 21,99%.

Os títulos remunerados pela inflação recuaram para 26,96% do estoque da DPF

Tom do comitê derruba a bolsa brasilis

O Ibovespa não acompanhou a relativa melhora da percepção de risco global, que colocou o dólar a R\$ 5,75 na mínima desta terça-feira, 4, em dia no qual a ata do Copom corrigiu o tom um tanto ameno que havia sido observado no comunicado da reunião da semana passada sobre a Selic. No cenário externo, após o entendimento temporário entre Estados Unidos, México e Canadá – de suspensão das tarifas bilaterais que haviam sido impostas a princípio pelo governo Trump.

O secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, reiterou a importância da relação econômica bilateral com a União Europeia, em ligação com a presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, conforme comunicado divulgado nesta tarde pela Casa Branca. Bessent e Lagarde tiveram uma reunião “introdu-



Tom mais ‘duro’ do Copom derrubou mercado de capitais

tória” para discutir prioridades econômicas compartilhadas e áreas políticas de interesse mútuo, além de cooperação entre os EUA e a União Europeia.

Ainda assim, o Ibovespa fechou em baixa de 0,65%, aos 125.147,42 pontos, entre mínima de 124.694,19 e máxima

de 125.964,36 pontos na sessão, correspondente ao nível de abertura. O giro desta terça-feira ficou em R\$ 19,8 bilhões. No agregado das duas primeiras sessões de fevereiro, o Ibovespa acumula perda de 0,78%, após avanço de 4,86% ao longo de janeiro – mês em que a B3 atraiu

R\$ 6,8 bilhões em recursos estrangeiros, em ingressos líquidos. No Brasil, “a ata do Copom deixou a Bolsa um pouco mais arisca desde a abertura, não dando qualquer sinalização quanto ao início do ciclo de queda da Selic, e apontando ainda os riscos inflacionários”, diz Diego Faust, operador de renda variável da Manchester Investimentos, destacando a queda de quase 1% para o Ibovespa no começo do pregão, em que o índice operou em baixa desde a abertura.

Contrabalançado o efeito negativo da ata, os dados desta terça-feira sobre o giro de mão de obra nos Estados Unidos – o relatório Jolts, métrica sobre o mercado de trabalho acompanhada de perto pelo Federal Reserve – vieram abaixo do esperado, no momento em que se teme que a política protecionista de Trump terá efeito sobre o nível de juros por lá.

Juros futuros fecham ‘sem direção’

Os juros futuros encerraram o pregão desta terça-feira (4) com a ponta curta em leve alta, ao passo que as taxas de longo prazo recuaram, seguindo o movimento externo após dados mais fracos do mercado de trabalho dos Estados Unidos.

Segundo participantes do mercado, a forte demanda por títulos atrelados ao IPCA (NTN-B) no leilão de hoje do Tesouro e a valorização do real ante o dólar também puxaram a

redução do prêmio de risco precificado nos vértices longos, ao passo em que as taxas curtas sofreram com alguma pressão da ata da reunião da semana passada do Copom, que mostrou uma postura mais conservadora do colegiado em relação ao comunicado da última decisão de política monetária.

Assim, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2026 teve leve alta de 14,91%,

do ajuste anterior, para 14,92%; a do DI de janeiro de 2027 manteve-se estável em 14,88%; a do DI de janeiro de 2029 recuou de 14,525% para 14,47% e a do DI de janeiro de 2031 teve baixa de 14,48% a 14,41%.

Nos EUA, as taxas do Tesouro americano (Treasuries) sustentaram queda até o fim da tarde, após o relatório Jolts mostrar volume de vagas abaixo do esperado no mercado de trabalho.

O recuo dos vértices de longo prazo da curva a termo local se firmou no fim da manhã, após o Tesouro Nacional vender todo o lote de 3,3 milhões de NTN-B no leilão de hoje, a taxas mais baixas. O movimento se intensificou com o recuo das vagas em aberto no mercado de trabalho dos Estados Unidos, de 8,1 milhões para 7,6 milhões entre novembro e dezembro, conforme o relatório Jolts.